

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
FÓRUM MINISTRO CARLOS ALBERTO MADEIRA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017

PROCESSO N.º 2985-16.2017.4.01.8007
PREGÃO N.º 22/2017
VALIDADE: 01 (um) ano

A União, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO**, com registro no CNPJ/MF n. 05.424.667/0001-35 e sede na Avenida Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís/MA, neste ato representado pelo Diretor do Foro, Sr. LINO OSVALDO SERRA SOUSA SEGUNDO, brasileiro, CPF n. 471.295.733-68, RG n. 033760332007, residente e domiciliado nesta Capital I, no uso das atribuições, doravante designado **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do(s) fornecedor (es) abaixo elencado(s), vencedor(es) do **Pregão Eletrônico n. 22 /2017**, sob o regime de contratação pelo sistema de registro de preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de copeiragem e apoio administrativo (office-boy, recepcionista, digitador, motoboy, auxiliar de arquivo e auxiliar de almoxarifado) para a Seção Judiciária do Maranhão, **OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NAS LEIS NS. 8.666/93 E 10.520/2002, LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006, DECRETOS NS. 7.892/2013 e 5.450/2005, IN SLTI/MPOG N. 02/2008, Resolução 169/2013 - CNJ, alterada pela 183/2013 - CNJ, Edital do Pregão Eletrônico n.22/2017 e Processo Administrativo n. 2985-16.2017.4.01.8007/2017-MA.**

1. DO(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

A partir desta data, fica(m) registrado(s) nesta Seção Judiciária, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento de **prestação de serviços de copeiragem e apoio administrativo (office-boy, recepcionista, digitador, motoboy, auxiliar de arquivo e auxiliar de almoxarifado)** para a Seção Judiciária do Maranhão, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

ARP Nº 20/2017 – Serviços Terceirizados – INSTITUTO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - BE

Categoria	Valor Proposto por Empregado	Quant. de Empregado por Posto	Quant. de Meses a Contratar	Total Proposto por Posto	Quant. de Posto	Valor Mensal dos Serviços	Valor Anual Serviço
Office - boy	R\$ 2.230,52	1	12	R\$ 2.230,52	30	R\$ 66.915,69	R\$ 802.988,26
Digitador	R\$ 2.834,92	1	12	R\$ 2.834,92	24	R\$ 68.037,99	R\$ 816.455,82
Copeiro	R\$ 2.361,10	1	12	R\$ 2.361,10	3	R\$ 7.083,31	R\$ 84.999,76
Recepcionista	R\$ 2.541,53	1	12	R\$ 2.541,53	2	R\$ 5.083,06	R\$ 60.996,69
Motoboy	R\$ 3.256,82	1	12	R\$ 3.256,82	1	R\$ 3.256,82	R\$ 39.081,86
Aux. De Almojarifado	R\$ 2.229,40	1	12	R\$ 2.229,40	2	R\$ 4.458,80	R\$ 53.505,60
Aux. De Arquivo	R\$ 2.249,91	1	12	R\$ 2.249,90	1	R\$ 2.249,91	R\$ 26.998,86
TOTAL					63	R\$ 157.085,57	R\$ 1.885.026,86

1.1. – Fornecedor: INSTITUTO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - BE, CNPJ n. 10.427.965/0001-19, com sede na Rua Timon, Q9, nº 08 – Bairro Jardim Eldorado – CEP Nº 65067-280 – São Luis – Maranhão, telefone: (98) 3304-6550, email: institutobembrasil@hotmail.com, representada por Sr. Antonio Claudio da Silva do Nascimento, brasileiro, RG n. 004336993-6, CPF n. 570.849.123-04.

2. - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:

O contrato com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pela Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão mediante a assinatura de termo de contrato.

2.1. O compromisso de contratação só estará caracterizado mediante a assinatura do termo de contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e **Pregão Eletrônico n.22/2017**.

2.2. O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico nos portais da internet www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ma.trf1.jus.br.

4. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

4.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados. Nas negociações entre esta Justiça Federal e os fornecedores, serão observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Justiça Federal/MA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Justiça Federal/MA poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, a Justiça Federal/MA procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 5.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.



5.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

6 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A presente Ata terá **validade de 01 (um) ano** contado a partir da data de sua assinatura.

6.1 – Esta Ata tem seu prazo de validade até 04/09/2017.

6.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Justiça Federal/MA.

6.3 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar a Justiça Federal/MA (órgão gerenciador da ata) para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

6.4 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com esta Justiça Federal/MA.

6.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

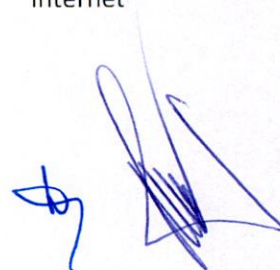
6.6 Após a autorização desta Justiça Federal/MA, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência desta ata.

6.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a esta Justiça Federal/MA.

6.8 É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.

7 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A presente ata será divulgada nos portais da internet www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ma.trf1.jus.br.


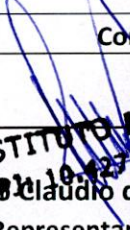


8 – DO FORO:

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal do Maranhão, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento a Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Luís/MA, 05 de setembro de 2017.

Contratante	Contratado
 Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo Juiz Federal Diretor do Foro	 INSTITUTO BEM BRASIL ANTONIO CLAUDIO DA SILVA DO NASCIMENTO Representante da Contratada